

SUMÁRIO

1	PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM.....	51
1.1.	Acepções básicas do processo de conhecimento.....	51
1.1.1.	Processo de conhecimento e procedimento	53
1.2.	A divisão do procedimento comum do processo de conhecimento em primeiro grau em fases	55
1.2.1.	Fase postulatória.....	56
1.2.2.	Fase saneadora ou ordinatória.....	56
1.2.3.	Fase probatória ou instrutória.....	57
1.2.4.	Fase decisória.....	58
1.2.5.	Excepcionalidades: a adoção de técnicas de sumariada cognitiva	58
1.2.5.1.	A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente	59
1.2.5.2.	Improcedência liminar do pedido	61
1.2.5.3.	Julgamento antecipado de mérito.....	62
2	PETIÇÃO INICIAL	63
2.1.	Conceito	63
2.2.	Os requisitos da petição inicial.....	64
2.2.1.	Os requisitos intrínsecos	65
2.2.1.1.	O juízo a que é dirigida	65
2.2.1.2.	Qualificação das partes	65
2.2.1.3.	A causa de pedir: o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	69
2.2.1.4.	O pedido com as suas especificações	76
2.2.1.5.	O valor da causa	78
2.2.1.6.	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	80

2.2.1.7.	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação	81
2.2.1.8.	A regularidade formal da petição inicial	83
2.2.1.8.1.	Os requerimentos anexos ao pedido na petição inicial.....	83
2.2.2.	Requisitos extrínsecos	84
2.2.2.1.	Os documentos necessários para o protocolo da petição inicial.....	84
2.2.2.1.1.	Documentos para a validade e regularidade do processo	84
2.2.2.1.2.	Documentos para a instrução probatória da causa de pedir	85
2.3.	Pedido	87
2.3.1.	A relação do pedido com os elementos da demanda	87
2.3.2.	Pedido imediato e pedido mediato	89
2.3.3.	A certeza, a determinação e a coerência do pedido	92
2.3.4.	Espécies diversas de pedido	93
2.3.4.1.	Pedido genérico.....	93
2.3.4.2.	O pedido de prestações sucessivas.....	94
2.3.4.3.	Pedido implícito	94
2.3.4.4.	Pedido alternativo	96
2.3.4.5.	Pedido relativo a obrigação indivisível.....	96
2.3.5.	Os limites do pedido: o princípio da adstrição, congruência e correlação	97
2.3.6.	A interpretação do pedido	100
2.3.7.	O pedido como início da definição do objeto do processo	104
2.3.7.1.	O processo objetivamente simples: um só pedido principal entre somente um autor e um réu	105
2.3.7.2.	O processo objetivamente complexo: cumulação de pedidos ou partes.....	105
2.3.7.2.1.	Complexidade objetiva por cumulação de pedido	107
2.3.7.2.1.1.	Requisitos da cumulação de pedidos	108
2.3.7.2.1.2.	Espécies de cumulação de pedidos.....	113
2.3.7.2.1.2.1.	A cumulação própria.....	113
2.3.7.2.1.2.1.1.	Cumulação simples	113
2.3.7.2.1.2.1.2.	Cumulação sucessiva	115
2.3.7.2.1.2.2.	A cumulação imprópria	116
2.3.7.2.1.2.2.1.	Cumulação eventual ou subsidiária.....	117

2.3.7.2.1.2.2.2.	Cumulação alternativa.....	119
2.3.7.2.2.	A possibilidade do processo objetiva e subjetivamente complexo: litisconsórcio	120
2.3.7.2.3.	Os momentos processuais para a cumulação	122
2.3.7.2.3.1.	A cumulação inicial: na petição inicial.....	122
2.3.7.2.3.2.	A cumulação ulterior: em momento posterior à petição inicial.....	123
2.3.7.2.3.2.1.	O aditamento da petição inicial e a possibilidade de ampliação do objeto litigioso do processo pelo autor	124
2.3.7.2.3.2.2.	O aditamento da petição inicial e a possibilidade de redução do objeto litigioso do processo pelo autor	125
2.3.7.2.3.2.3.	A possibilidade de alteração do pedido e modificação do objeto litigioso do processo.....	126
2.3.7.2.3.2.4.	A possibilidade de reconvenção e o aumento do objeto litigioso do processo	127
3	MANIFESTAÇÕES DO JUÍZO PERANTE A PETIÇÃO INICIAL.....	129
3.1.	A conclusão da petição inicial para o juízo e a análise perfunctória: o deferimento da PETIÇÃO inicial ou outras condutas.....	129
3.2.	Análise oficiosa de vícios possíveis do juízo ou do juiz: a análise oficiosa da competência e do impedimento/suspeição	130
3.3.	Emenda à petição inicial	131
3.3.1.	A emenda à petição inicial e a litigância abusiva	134
3.4.	Indeferimento da petição inicial	136
3.4.1.	A inépcia da petição inicial.....	137
3.4.2.	A falta de interesse processual ou legitimidade das partes.....	142
3.4.3.	A não menção da atuação em causa própria do advogado autor.....	142
3.4.4.	O indeferimento por não atendimento aos requisitos da petição inicial	143
3.4.5.	O indeferimento parcial da petição inicial	144
3.4.6.	O indeferimento da petição inicial e o recurso cabível	145
3.5.	Improcedência liminar do pedido	145
3.5.1.	Características da improcedência liminar do pedido	146
3.5.2.	Requisitos para a improcedência liminar do pedido.....	148
3.5.3.	Hipóteses de improcedência liminar do pedido	148

3.5.3.1.	A improcedência liminar do pedido por pedido contrário a solução jurídica firmada em precedente judicial vinculante	149
3.5.3.2.	A improcedência liminar do pedido por ocorrência de prescrição e decadência	152
3.5.4.	A fundamentação da decisão de improcedência liminar do pedido	154
3.5.5.	Os impactos da improcedência liminar do pedido para o réu, o recurso cabível e a possível retratação do juízo	155
3.5.6.	O devido processo legal e a improcedência liminar do pedido...	156
3.5.7.	Improcedência liminar do pedido parcial	158
3.6.	Análise de eventual requerimento de tutela provisória.....	158
4	CITAÇÃO.....	161
4.1.	Conceito geral de citação	161
4.1.1.	A citação como consequência do juízo de admissibilidade preliminar positivo da petição inicial	162
4.1.2.	A citação e a sua relação como pressuposto processual: entre validade e existência	163
4.2.	Efeitos da citação	166
4.2.1.	Efeitos processuais	166
4.2.1.1.	Induz a litispendência para o réu.....	166
4.2.1.2.	Tornar litigiosa a coisa ou o objeto litigioso do processo.....	167
4.2.1.3.	A preclusão do aditamento e alteração da petição inicial pelo autor	168
4.2.1.4.	A irradiação dos efeitos mesmo em citação determinada por juízo incompetente	168
4.2.2.	Efeitos materiais	168
4.2.2.1.	Constituição em mora.....	169
4.2.2.2.	A relação da determinação judicial pela citação com a interrupção da prescrição	170
4.3.	Características da citação	173
4.3.1.	Pessoalidade.....	173
4.3.1.1.	A pessoalidade no litisconsórcio passivo.....	175
4.3.2.	O local da citação	176
4.3.3.	Impedimentos para a citação.....	176
4.3.4.	Comandos agregados à citação	177
4.4.	As espécies de citação	178
4.4.1.	Citação por meio eletrônico	178

4.4.2.	A citação pelo Correio.....	183
4.4.3.	Citação por oficial de justiça.....	186
4.4.4.	Citação por mandado por hora certa	187
4.4.5.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	189
4.4.6.	Citação por edital.....	190
4.4.7.	Comparecimento espontâneo do réu ao processo.....	193
4.4.8.	A desnecessidade de citação	194
5	AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO	195
5.1.	Conceito	195
5.1.1.	Os princípios da autocomposição: conciliação e mediação	196
5.2.	Características.....	197
5.2.1.	O rito para sua realização.....	197
5.2.2.	A possibilidade de nova sessão da audiência	199
5.2.3.	A diferença entre conciliação e mediação.....	199
5.2.4.	O conciliador ou mediador como realizadores da audiência....	200
5.2.5.	A multa por não comparecimento na audiência.....	201
5.2.6.	A participação das partes e dos advogados	202
5.2.7.	A dispensa da realização da audiência de conciliação ou mediação.....	203
6	A RESPOSTA DO RÉU	207
6.1.	A resposta do réu como uma exceção: teoria da exceção	207
6.1.1.	A exceção vista como todo meio de defesa processual	209
6.1.2.	A exceção como matéria específica de defesa: a matéria de direito processual e a matéria de direito material	209
6.1.3.	A diferença entre exceção e objeção como defesas.....	211
6.2.	A defesa como matéria e as espécies possíveis	213
6.2.1.	A defesa entre admissibilidade e mérito: ou processual e material	214
6.2.2.	A defesa dentro da admissibilidade: entre dilatória e peremptória.....	215
6.2.3.	A defesa de mérito: direta e indireta.....	216
6.2.4.	A defesa no aspecto de formação processual: interna ou instrumental	217
6.3.	Atitudes do réu no processo: o termo resposta do réu.....	218
6.3.1.	A contestação como a peça de defesa do réu.....	219
6.3.2.	Características argumentativas da contestação.....	220

6.3.2.1. O princípio da eventualidade ou da concentração da defesa no momento da contestação.....	220
6.3.2.2. Ônus da impugnação específica.....	223
6.3.2.2.1. As consequências da falta de impugnação específica dos fatos na contestação	224
6.3.2.2.2. As exceções legais ao ônus da impugnação específica.....	225
6.3.2.3. As matérias possíveis dentro das espécies de defesa internas da contestação	226
6.3.2.3.1. As matérias impugnativas como preliminares processuais do art. 337 do CPC: defesas sobre a admissibilidade do processo	227
6.3.2.3.1.1. A alegação de inexistência ou nulidade da citação.....	228
6.3.2.3.1.2. A alegação de incompetência absoluta e relativa	230
6.3.2.3.1.2.1. A possibilidade da distribuição da contestação no juízo de domicílio do réu ..	231
6.3.2.3.1.2.2. A possibilidade de suscitar a competência adequada na contestação	232
6.3.2.3.1.3. A alegação de incorreção do valor da causa	233
6.3.2.3.1.4. A alegação de inépcia da petição inicial	235
6.3.2.3.1.5. A alegação de pressupostos processuais negativos	236
6.3.2.3.1.5.1. Perempção	237
6.3.2.3.1.5.2. Coisa julgada	238
6.3.2.3.1.5.3. Litispendência	238
6.3.2.3.1.6. A alegação de conexão e continência	239
6.3.2.3.1.7. A alegação de incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização ...	240
6.3.2.3.1.8. A alegação de ausência de legitimidade e interesse processual	241
6.3.2.3.1.8.1. A nova forma de alegação de ilegitimidade passiva e a possibilidade de correção do polo passivo e a faculdade do autor sobre a correção: arts. 338 e 339 do CPC.....	242
6.3.2.3.1.9. A alegação de convenção de arbitragem....	245
6.3.2.3.1.10. A alegação de falta de caução.....	248

6.3.2.3.1.11.	A impugnação à concessão do benefício da justiça gratuita	248
6.3.2.3.1.12.	A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento com resolução do mérito sempre que possível.....	249
6.3.2.3.2.	As matérias impugnáveis como prejudiciais de mérito.....	250
6.3.2.3.3.	As matérias impugnáveis como mérito	252
6.3.2.3.4.	As matérias impugnáveis em momentos posteriores à contestação: art. 342 do CPC	253
6.3.2.3.5.	A defesa complexa em resposta a uma petição inicial com a formação de um processo objetivamente complexo.....	254
6.4.	Formato da contestação e demais regras.....	254
6.4.1.	O prazo da contestação e sua contagem.....	254
6.4.2.	Aditamento e indeferimento da contestação.....	257
6.4.3.	A formação dos pedidos da contestação.....	258
6.4.4.	Interpretação da contestação	259
6.4.5.	O momento de produção de provas: geral ou específico	259
6.4.6.	O requerimento de intervenção de terceiros.....	259
6.5.	A ampliação do objeto litigioso do processo	260
6.5.1.	Reconvenção	260
6.5.1.1.	A transformação da reconvenção em uma matéria interna da contestação.....	261
6.5.1.2.	Requisitos para a reconvenção	262
6.5.1.3.	Formalidades para a reconvenção	264
6.5.1.4.	A análise perfunctória da reconvenção e a intimação para a contestação à reconvenção.....	265
6.5.1.5.	A resposta da reconvenção passa a ser a réplica à contestação.....	266
6.5.1.6.	A possibilidade de reconvenção da reconvenção	266
6.5.1.7.	A tramitação das fases saneadora e probatória em conjunto com a demanda principal.....	267
6.5.1.8.	A decisão da reconvenção: entre a unidade da sentença e a decisão parcial.....	268
6.5.1.9.	A reconvenção como ampliação do processo	269
6.5.1.9.1.	A ampliação objetiva: o aumento de pedidos a serem julgados	269
6.5.1.9.2.	A ampliação subjetiva: a possibilidade inclusão de terceiro na reconvenção.....	269

6.5.1.10.	A possibilidade de protocolo da reconvenção sem apresentar a contestação: peça autônoma de reconvenção	271
6.5.1.10.1.	A reconvenção proposta fora da contestação: quais as atitudes possíveis?	272
6.5.1.11.	A revelia do autor na reconvenção	273
6.5.1.12.	A desistência e a reconvenção: autonomia entre as demandas – principal e reconvincente	273
6.5.1.13.	A reconvenção do substituto processual	273
6.5.1.14.	A reconvenção como possível ação eventual e subsidiária: a reconvenção <i>ad cautelam</i>	274
6.5.2.	O pedido contraposto.....	274
6.5.3.	A formação de títulos judiciais invertidos no pedido contraposto, na reconvenção e nas ações dúplices.....	276
7	PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES PÓS FASE POSTULATÓRIA	279
7.1.	Conceito	279
7.2.	Os desdobramentos processuais possíveis como providências preliminares	281
7.3.	As diferenças entre as providências preliminares	282
7.3.1.	As providências preliminares de sanabilidade e a busca pela primazia ao julgamento de mérito.....	282
7.3.2.	As providências preliminares como resoluções incidentais	284
7.3.3.	As providências preliminares de desdobramento processual para o juízo de mérito.....	285
7.3.4.	A possibilidade de interligação das providências preliminares diretamente com a fase decisória	286
8	REVELIA.....	287
8.1.	Conceito	287
8.1.1.	O fluxo do prazo de resposta sem manifestação e a análise do juízo sobre a atitude do réu.....	288
8.2.	Efeitos da revelia: as consequências materiais e processuais.....	289
8.2.1.	O efeito material da revelia.....	289
8.2.1.1.	A ocorrência da revelia com presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor	290
8.2.1.2.	A revelia com o efeito material da presunção de veracidade não significa automaticamente vitória do autor e derrota do réu: as possibilidades de improcedência do autor mesmo com revelia e presunção de veracidade... ..	291
8.2.1.3.	A possibilidade de contraprova do réu sobre os fatos alegados pelo autor	292

8.2.1.4. A possibilidade de alegar matérias de direito mesmo revel, nos moldes do art. 342 do CPC.....	293
8.2.1.5. A presunção de veracidade dos fatos pode ser afastada pelo julgador à luz das provas existentes	294
8.2.1.6. A não subsunção do direito alegado como consequência dos fatos narrados pelo autor	295
8.2.1.7. A ocorrência da revelia sem a incidência da presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor	295
8.2.1.8. A possibilidade de presunção de veracidade dos fatos sem a ocorrência de revelia	301
8.2.1.9. A necessidade de produção de provas dos fatos narrados pelo autor mesmo com o réu revel pela não incidência dos efeitos materiais da revelia.....	301
8.2.1.10. Situações diferenciadas: esvaziamento dos efeitos materiais na ação rescisória, mandado de segurança e desapropriação	302
8.2.1.10.1. A revelia e a ação rescisória.....	302
8.2.1.10.2. A revelia e o mandado de segurança.....	303
8.2.1.10.3. A revelia e a ação de desapropriação.....	306
8.2.2. Efeitos processuais decorrentes da revelia	307
8.2.2.1. A fluência do prazo do réu revel: as possibilidades previstas do efeito processual da revelia	307
8.2.2.2. Intervenção do réu revel: entre o réu já habilitado e a possibilidade do réu se habilitar posteriormente à revelia	309
8.2.2.3. A preclusão da alegação das matérias de defesa	310
8.2.2.4. As consequências processuais do efeito material da revelia: possibilidade de julgamento antecipado do mérito pelo art. 355, II do CPC	311
8.2.2.5. A desnecessidade do desentranhamento da contestação apresentada intempestivamente.....	312
8.3. Considerações gerais sobre a revelia.....	313
8.3.1. A alteração do objeto litigioso do processo pelo autor com réu revel: art. 329, II do CPC.....	313
8.3.2. A revelia como impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental: art. 503, §1º, II do CPC.....	313
8.3.3. Revelia e a reconvenção.....	315
8.3.3.1. A revelia pela não apresentação de contestação e apresentação somente de reconvenção.....	315
8.3.3.2. Revelia do autor na reconvenção	315

9	RÉPLICA.....	317
9.1.	Conceito	317
9.2.	A análise judicante sobre a apresentação da contestação e as suas possibilidades.....	318
9.2.1.	A réplica pela alegação do réu de preliminar processual constante no art. 337 do CPC	319
9.2.2.	A alegação específica de ilegitimidade passiva e a réplica disposta no art. 338 do CPC.....	320
9.2.3.	A réplica pela alegação do réu de fatos novos, com modificação, extinção ou impedimento do direito do autor	321
9.2.4.	A réplica pela alegação do réu com a juntada de documentos pelo réu na sua contestação	324
9.2.5.	A réplica pela existência de pedido de reconvenção na contestação do réu: a réplica como veículo da contestação à reconvenção	325
9.2.6.	A possibilidade de réplica a réplica: a tréplica	326
9.2.7.	As regras da contestação e o diálogo da réplica com as mesmas regras.....	327
9.2.8.	As nulidades possíveis da não oportunização da réplica.....	329
10	JULGAMENTOS CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....	331
10.1.	Conceito	331
10.2.	O julgamento conforme o estado do processo como uma antecipação da sentença	333
10.2.1.	O julgamento conforme o estado do processo e a relação com a resolubilidade fática	333
10.2.2.	O julgamento antecipado como um dever do juízo	334
10.3.	A extinção do processo pelo julgamento conforme o estado do processo.....	335
10.3.1.	A existência de vícios processuais para a extinção do processo	336
10.3.2.	A sanabilidade possível de alguns vícios e a primazia ao julgamento de mérito: art. 352 do CPC.....	337
10.3.3.	A extinção do processo em vícios sanáveis somente em razão da inércia do autor: o art. 352 do CPC como antecedente do art. 354 do CPC	338
10.3.4.	A existência de vícios insanáveis e a extinção do processo: o art. 354 do CPC.....	339
10.3.5.	A extinção do processo conforme o estado do processo: um diálogo do art. 354 com o art. 485, ambos do CPC.....	340

10.3.6. Os julgamentos de mérito constantes no art. 354 do CPC: art. 487, II e III, do CPC	342
10.4. O julgamento antecipado do mérito	344
10.4.1. A necessidade de disposição legal para um julgamento antecipado de mérito	345
10.4.2. A desnecessidade de dilação probatória como base para a antecipação do julgamento de mérito.....	345
10.4.2.1. O julgamento antecipado pela desnecessidade de produção de outras provas: art. 355, I do CPC.....	345
10.4.2.2. O julgamento antecipado pela revelia com efeito material e o não requerimento de provas: art. 355, II do CPC.....	348
10.4.3. A necessidade de decisão-alerta para o julgamento antecipado do mérito.....	350
10.4.4. A fundamentação decisória dos motivos da antecipação do mérito	352
10.5. O julgamento parcial conforme o estado do processo	352
10.5.1. Os julgamentos totais e parciais	353
10.5.2. O julgamento parcial como consequência do fracionamento decisório: os requisitos para a decisão parcial.....	354
10.5.3. A definição da decisão parcial – com ou sem mérito – como decisão interlocutória	356
10.5.3.1. A construção da decisão parcial nos mesmos moldes da sentença	357
10.5.3.2. A decisão parcial construída com outro momento decisório.....	358
10.5.4. A extinção parcial: a decisão parcial sem resolução de mérito....	358
10.5.5. O julgamento parcial de mérito: a decisão parcial com resolução de mérito	361
10.5.5.1. A decomponibilidade do pedido como um modo de complexidade objetiva do processo e a decisão parcial de mérito.....	367
10.5.5.2. A prescrição e decadência e a decisão parcial: a decisão que acolhe ou rejeita as alegações.....	367
10.5.6. Os impactos da decisão parcial nos desdobramentos processuais.....	368
10.5.6.1. Decisão parcial e o custo do processo.....	369
10.5.6.2. Decisão parcial e a recorribilidade	370
10.5.6.3. Decisão parcial e a remessa necessária	372
10.5.6.4. Decisão parcial e a coisa julgada.....	373

10.5.6.5. Decisão parcial e a estabilidade de questões processuais decididas	374
10.5.6.6. Decisão parcial e a ação rescisória.....	375
10.5.6.7. Decisão parcial e liquidação de sentença.....	378
10.5.6.8. Decisão parcial e cumprimento de sentença.....	379
10.5.6.9. Decisão parcial e suspensão por repetitivo	381
11 SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO	383
11.1. Conceito	383
11.2. O saneamento por todo o processo e a concentração nessa fase	384
11.2.1. A realização do saneamento e organização do processo somente em hipóteses de não incidência de julgamento conforme o estado do processo	385
11.2.2. O saneamento e organização do processo como uma decisão interlocutória	385
11.3. A importância da prolação da decisão de saneamento e organização do processo	386
11.4. O conteúdo e atividades processuais do saneamento e organização do processo	387
11.4.1. O conteúdo múltiplo da decisão de saneamento e organização do processo e o impacto na recorribilidade.....	394
11.4.2. A possibilidade da decisão de saneamento e organização do processo conter uma decisão parcial	395
11.5. As diferentes maneiras da construção da decisão de saneamento e organização do processo	396
11.5.1. A decisão de saneamento e organização do processo de maneira unilateral pelo juízo	396
11.5.2. A organização do processo definida pelas partes via negócio jurídico-processual	397
11.5.3. O saneamento compartilhado entre o juízo e as partes em audiência	399
11.6. A possibilidade de revisão da decisão de saneamento e organização: art. 357, § 1º do CPC.....	401
11.6.1. A estabilização da decisão de saneamento e organização do processo	406
11.6.2. A vinculação do juízo a conteúdo saneado e organizado e seus limites	409
11.7. Saneamento e organização do processo: importante e necessário diálogo com as partes.....	410

11.8.	A pouca utilização da decisão de saneamento e organização do processo no cotidiano forense: causa, efeito e proposta de definição de procedimento da decisão de saneamento e organização do processo	410
12	A ESTABILIZAÇÃO DO OBJETO DO PROCESSO PÓS-FASE ORDINATÓRIA.....	413
12.1.	O conceito de objeto do processo	413
12.1.1.	O objeto litigioso do processo	415
12.1.2.	A diferença entre objeto do processo e objeto litigioso do processo	416
12.1.3.	Objeto litigioso do processo simples e complexo	418
12.2.	As definições do objeto litigioso do processo.....	420
12.2.1.	O pedido da petição inicial como o início da definição do objeto do processo	420
12.2.2.	A possibilidade de o autor ampliar ou reduzir o objeto do processo em momento posterior à petição inicial	420
12.2.3.	A possibilidade de aumento do objeto litigioso do processo pelo réu: reconvenção ou pedido contraposto.....	422
12.2.4.	A possibilidade de redução ou divisão do objeto litigioso do processo pela decisão parcial.....	424
12.2.5.	A decisão de saneamento e organização do processo como momento limite para as ampliações ou reduções do objeto litigioso do processo e a sua estabilidade depois da fase de saneamento	425
12.2.5.1.	A possibilidade excepcional de alteração do polo passivo após o saneamento e organização do processo: REsp 2128955	426
12.2.6.	A relação da sentença com o objeto litigioso do processo.....	427
13	TEORIA GERAL DA PROVA	429
13.1.	A prova no processo civil	429
13.1.1.	A palavra prova e a sua aceção.....	430
13.1.2.	A relação da prova com o fato.....	431
13.1.2.1.	A definição de fato para o processo.....	432
13.1.2.2.	Objeto da prova: fato da causa como <i>thema probandum</i>	435
13.1.2.3.	Características do fato como <i>thema probandum</i> : relevância, controvérsia e determinação	436
13.1.2.4.	A relação do fato com a produção de provas	438
13.1.2.5.	As diferentes espécies de fatos	441
13.1.2.5.1.	Fatos positivos ou negativos.....	442

13.1.2.5.2. Fatos jurídicos	442
13.1.2.5.3. Fato da existência de norma jurídica	443
13.1.2.5.4. Fatos principais e simples	443
13.1.2.5.5. Prova de fato ocorrido no estrangeiro	443
13.1.2.5.6. Os fatos que não dependem de prova	444
13.1.2.5.6.1. Fatos notórios	444
13.1.2.5.6.2. Fato incontroverso	445
13.1.2.5.6.3. Fato presumido	446
13.1.2.5.6.3.1. Fato absolutamente presumido	447
13.1.2.5.6.3.2. Fato relativamente presumido	448
13.1.2.6. A possibilidade de diversos fatos como <i>thema probandum</i> : a complexidade das questões de fato	449
13.2. A prova, o direito à prova e a sua produção	450
13.2.1. O fato, a prova e a busca pela verdade	450
13.2.2. A finalidade da prova	453
13.2.3. A destinação da prova	455
13.2.4. Meios, fontes e conteúdo da prova	457
13.2.5. A prova como direito fundamental das partes	458
13.2.6. A produção da prova pelas partes e a especificação das provas	460
13.2.6.1. A análise do juízo sobre a especificação de provas: do deferimento e indeferimento das provas	461
13.2.6.2. O indeferimento da produção de provas e a impossibilidade de decidir com base em falta de provas	463
13.2.7. A possibilidade de produção de prova pelo juízo	463
13.2.7.1. Aspectos gerais dos poderes instrutórios do juízo	464
13.2.7.2. A discussão dos poderes instrutório entre os modelos adversarial e inquisitorial	464
13.2.7.3. A proposição de um modelo cooperativo	466
13.2.7.4. A visão garantista do processo: o processo das partes para as partes	467
13.2.7.5. O poder instrutório do juízo	467
13.2.7.6. A interpretação do poder instrutório do juízo diante dos critérios de limitação e autocontenção	470
13.2.7.7. A relevância sobre quem pleiteou a produção da prova	474
13.3. Procedimento probatório	474
13.4. A análise da prova pelo juízo e a sua valoração	476
13.4.1. O descarte do sistema de tarifação das provas e sistema de convicção íntima do juízo	476

13.4.2. Do livre convencimento motivado (persuasão racional) ao convencimento motivado.....	477
13.4.3. O modo de realização do convencimento motivado.....	481
13.4.4. O convencimento motivado e a complexidade de questões de fato.....	483
13.5. A regra de experiência para a análise da prova	483
13.5.1. Funções das regras de experiência.....	484
13.5.2. Espécies de regras da experiência	485
13.5.3. Controle das regras de experiência: contraditório e fundamentação.....	486
13.5.4. As críticas às regras de experiência.....	487
13.5.5. As regras de experiência e o fato notório.....	489
13.5.6. As regras de experiência e o indício	490
13.5.7. As regras de experiência e a presunção judicial.....	491
13.5.8. A relação entre regras de experiência, indício e presunção judicial.....	492
13.5.8.1. A presunção judicial via prova prima facie e a prova por amostragem.....	493
13.6. O sistema de carga probatória: o ônus de provar.....	494
13.6.1. Análises gerais sobre ônus da prova	495
13.6.1.1. Os aspectos do ônus da prova: subjetivo e objetivo	496
13.6.1.2. As implicações do aspecto objetivo do ônus da prova	498
13.6.1.2.1. Ônus como regra de julgamento	498
13.6.1.2.2. Ônus como aplicação subsidiária	499
13.6.2. A distribuição do ônus da prova e as suas espécies.....	500
13.6.2.1. Distribuição estática do ônus da prova.....	501
13.6.2.2. A distribuição dinâmica do ônus da prova	501
13.6.2.2.1. A inversão do ônus da prova por previsão legal: <i>ope legis</i>	502
13.6.2.2.2. Inversão convencional do ônus da prova	503
13.6.2.2.3. A distribuição dinâmica do ônus da prova pelo juízo	506
13.6.2.2.4. Pressupostos para a redistribuição do ônus da prova.....	508
13.6.2.2.4.1. Pressupostos formais da redistribuição do ônus da prova	508
13.6.2.2.4.2. Os pressupostos materiais da redistribuição do ônus da prova.....	511

13.6.2.3. A pluralidade de alegações de fato e a necessidade de redistribuição específica sobre o ônus de cada alegação.....	512
13.6.2.4. A diferença entre a regra que autoriza a redistribuição do ônus da prova e a regra que redistribui o ônus da prova.....	513
13.6.2.5. O ônus da prova de fato negativo	513
13.6.3. A redistribuição do ônus da prova e a vinculação desta para o juízo na sentença	516
13.7. Diretrizes do direito probatório	516
13.7.1. Natureza jurídica das normas sobre prova	517
13.7.2. As espécies de provas e a atipicidade das provas	518
13.7.3. A necessidade da licitude da prova ou a proibição de prova ilícita	519
13.7.3.1. Prova moralmente ilegítima.....	521
13.7.3.2. Análise sobre a ilicitude da prova.....	521
13.7.3.3. A nulidade da decisão baseada em prova ilícita ou moralmente ilegítima	522
13.7.4. Prova emprestada.....	522
13.7.5. Preclusão para o juízo em matéria de prova.....	525
13.7.6. A cadeia de custódia da prova no processo civil	528
13.7.7. O cerceamento de defesa e as provas.....	529
14 PROVAS EM ESPÉCIE.....	533
14.1. As espécies de provas ou meios de prova.....	533
14.2. A produção antecipada de prova.....	533
14.2.1. A natureza jurídica da ação de produção antecipada de prova ...	534
14.2.2. A produção antecipada de prova como a junção das ações probatórias	540
14.2.3. Os fundamentos da ação probatória: as possibilidades da ação de produção antecipada de provas.....	541
14.2.4. O procedimento da produção antecipada da prova	544
14.2.4.1. A petição inicial da produção antecipada da prova	545
14.2.4.2. A análise de admissibilidade da produção antecipada de prova pelo juízo, a citação dos interessados e as suas possíveis manifestações/defesas.....	546
14.2.4.3. A decisão sobre a produção da prova e os recursos cabíveis.....	551
14.2.4.4. A produção antecipada da prova procedente e a sua realização	552

14.2.4.5. A sentença de homologação da prova produzida e a extinção do processo	553
14.2.5. As espécies de prova a serem produzidas na produção antecipada da prova.....	555
14.2.6. A competência para a produção antecipada da prova e a não fixação da prevenção do juízo	559
14.2.7. O direito de utilização da prova para qualquer das partes	561
14.2.8. Tutela provisória na produção antecipada da prova.....	562
14.2.9. A possibilidade de inclusão de terceiros na produção antecipada da prova	563
14.2.10. Autonomia entre a produção antecipada da prova e a ação de direito material do <i>fato probando</i>	563
14.2.11. A inviabilidade da produção antecipada de prova de maneira incidental.....	564
14.3. Depoimento pessoal.....	565
14.3.1. Conceito	565
14.3.2. A iniciativa do depoimento pessoal: entre requerimento do depoimento pessoal e a determinação de interrogatório pelo juízo.....	566
14.3.3. Os atores do depoimento pessoal	568
14.3.3.1. O presentante e o representante da parte	568
14.3.4. A recusa do depoente	569
14.3.5. O procedimento do depoimento pessoal.....	573
14.3.6. A valoração do depoimento pessoal.....	575
14.4. Confissão	576
14.4.1. Conceito	576
14.4.2. Os elementos da confissão	576
14.4.3. Natureza jurídica da confissão	578
14.4.4. Espécies de confissão	578
14.4.5. Distinções necessárias da confissão com outros institutos.....	581
14.4.5.1. Confissão e reconhecimento do pedido	581
14.4.5.2. Confissão e admissão	582
14.4.6. Os requisitos para a confissão	583
14.4.7. A eficácia da confissão.....	584
14.4.8. Os limites da eficácia da confissão para o confitente.....	585
14.4.8.1. A confissão por representante e sua eficácia	586
14.4.8.2. A irrevogabilidade da confissão e a possibilidade de invalidação da confissão	587
14.4.8.3. A invalidação por erro ou coação.....	587

14.4.8.4. A confissão como um ato uno e indivisível.....	589
14.5. Prova testemunhal.....	590
14.5.1. Conceito	590
14.5.2. Espécies de prova testemunhal.....	591
14.5.3. A admissibilidade da prova testemunhal.....	592
14.5.4. Da capacidade da testemunha e as incapacidades, impedimentos e suspeições.....	593
14.5.5. O requerimento da produção de prova testemunhal e a decisão de deferimento/indeferimento	597
14.5.5.1. A juntada do rol de testemunhas.....	599
14.5.5.2. A intimação das testemunhas indicadas no rol	600
14.5.5.3. A possibilidade de substituição da testemunha.....	603
14.5.6. O local da produção da prova testemunhal.....	604
14.5.7. O momento processual da produção da prova testemunhal.....	606
14.5.8. O procedimento da produção de prova testemunhal.....	606
14.5.8.1. Ordem de inquirição	606
14.5.8.2. Qualificação.....	607
14.5.8.3. Contradita e decisão sobre a contradita	607
14.5.8.4. Compromisso do art. 458 do CPC	608
14.5.8.5. Escusa de depor	608
14.5.8.6. Método de inquirição.....	608
14.5.8.7. A documentação da produção da prova testemunhal	610
14.5.8.8. O direito da testemunha: certidão de comparecimento e reembolso de despesas	611
14.5.8.9. A possibilidade de acareação entre testemunhas e a oitiva de uma nova testemunha	611
14.5.9. O valor da prova testemunhal	612
14.6. Prova documental	613
14.6.1. Conceito	613
14.6.2. A importância e a utilização da prova documental.....	614
14.6.3. Classificação do documento: físico e eletrônico	615
14.6.4. Elementos do documento	615
14.6.4.1. O documento e a prova documental.....	617
14.6.4.2. Distinção da prova documental dos outros meios de prova.....	618
14.6.4.3. A prova documental e a prova documentada	619
14.6.4.4. A diferença necessária entre documento e instrumento	620

14.6.5. A autoria do documento	621
14.6.5.1. Autoria material e autoria intelectual	622
14.6.5.2. A autoria: entre autógrafo e heterógrafo.....	623
14.6.5.3. A diferenciação do documento pelo seu autor: documentos públicos e particulares.....	623
14.6.5.4. A importância da subscrição e identificação da autoria	624
14.6.5.5. Autenticidade	625
14.6.6. Conteúdo.....	625
14.6.6.1. O suporte do documento.....	627
14.6.7. O documento e as suas datas	628
14.6.8. A força probante dos documentos.....	629
14.6.8.1. Força probante dos documentos públicos.....	629
14.6.8.1.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público	630
14.6.8.1.2. A escritura pública e a sua força probante	631
14.6.8.1.3. O documento público como instrumento público como forma solene do ato jurídico: art. 406 do CPC	632
14.6.8.1.4. A irregularidade do documento público.....	633
14.6.8.2. Força probante dos documentos particulares.....	634
14.6.8.2.1. A força probante dos documentos particulares dispositivos	635
14.6.8.2.2. A força probante dos documentos particulares testemunhais.....	635
14.6.8.2.3. A força probante do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados	636
14.6.8.2.4. A força probante das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação	637
14.6.8.2.5. A força probante dos livros empresariais e da escrituração contábil	638
14.6.8.2.6. A indivisibilidade do documento particular e da escrituração contábil	638
14.6.8.2.7. Os documentos: entre originais, cópias, certidões e traslados	639
14.6.9. Os vícios possíveis no documento: entre irregularidade e falsidade.....	640
14.6.10. A formação da produção da prova documental	642

14.6.10.1.	Os momentos possíveis de juntada da prova documental pelas partes.....	643
14.6.10.2.	Juntada de documento em momento posterior à fase postulatória.....	644
14.6.10.3.	Os momentos de manifestação da parte adversa sobre a prova documental produzida	646
14.6.10.4.	As possibilidades impugnativas da parte contrária sobre a prova documental produzida	647
14.6.10.5.	A decisão sobre a produção de prova documental.....	648
14.6.11.	Arguição de falsidade: art. 430 e seguintes do CPC	648
14.6.12.	Documento eletrônico e a sua regulamentação	651
14.6.12.1.	A necessidade de sua certificação: autenticidade do documento eletrônico.....	652
14.6.12.2.	A segurança e integridade do documento eletrônico	653
14.6.12.3.	Documento eletrônico não certificado.....	654
14.6.13.	O processo eletrônico ou processo em autos eletrônicos	655
14.6.14.	O documento eletrônico no processo em autos de papel.....	656
14.7.	Ata Notarial.....	656
14.7.1.	Conceito	656
14.7.2.	A legitimidade da ata notarial	657
14.7.3.	Os fatos que podem ser documentados via ata notarial	657
14.7.4.	Natureza jurídica da ata notarial.....	658
14.7.5.	A utilização da ata notarial no processo	659
14.7.6.	A diferença da ata notarial da escritura pública	660
14.8.	Exibição de documento ou coisa.....	661
14.8.1.	Conceito	661
14.8.2.	Meio de prova ou meio de obtenção de prova?.....	662
14.8.3.	Legitimidade para a exibição: ativa de quem requerer e passiva de quem for requisitado	663
14.8.4.	Os requisitos para o requerimento de exibição de documento ou coisa.....	664
14.8.5.	O requerimento da exibição de documento ou coisa e os momentos processuais adequados.....	666
14.8.6.	As espécies de exibição de documento ou coisa	667
14.8.6.1.	A requisição de documento como forma de exibição de documento.....	668
14.8.6.2.	A exibição de documento ou coisa em face da parte adversa: um incidente processual	669

14.8.6.2.1. Procedimento da exibição de documento ou coisa em face da parte adversa.....	670
14.8.6.2.2. O requerimento de exibição formulado em face de terceiro: um processo incidente.....	674
14.8.6.2.2.1. Procedimento da exibição de documento em face de terceiro como processo incidente em um processo existente.....	674
14.8.6.2.3. Exibição de documento ou coisa como um rito de procedimento especial em ação autônoma	678
14.8.6.2.3.1. A equivocada decisão do STJ no REsp 1774987 e a tentativa inadequada de junção da exibição de documento ou coisa com a produção antecipada da prova	681
14.8.6.2.3.2. A decisão do STJ no REsp 1803521 e a construção de uma exibição de documentos ou coisa autônoma pelo rito do art. 396 do CPC.....	686
14.9. Prova pericial	689
14.9.1. Conceito	689
14.9.2. A perícia como meio de prova e as fontes da prova pericial	692
14.9.3. O perito	694
14.9.3.1. Requisitos para escolha e a nomeação do perito	695
14.9.3.2. Escolha consensual do perito	698
14.9.3.3. Os deveres do perito.....	699
14.9.3.4. O direito do perito de escusa da nomeação à perícia .	702
14.9.3.5. Substituição do perito	703
14.9.3.6. A perícia complexa e a necessidade de nomeação de mais de um perito.....	704
14.9.3.7. Da substituição do perito pelo perito-testemunha	705
14.9.3.8. O assistente técnico	707
14.9.4. Do pedido da produção da prova pericial e os momentos de sua formulação e da decisão de deferimento ou indeferimento	708
14.9.4.1. A decisão sobre deferimento ou indeferimento da perícia.....	709
14.9.5. O procedimento de produção da prova pericial	711
14.9.6. A avaliação da perícia pelo juízo.....	717
14.9.6.1. A possibilidade de segunda perícia	720
14.9.7. As despesas da perícia e sua produção	722
14.10. Inspeção judicial.....	724
14.10.1. Conceito	724

14.10.2. Os fundamentos da inspeção judicial.....	725
14.10.3. O requerimento da inspeção judicial e a análise judicante ou a possibilidade de inspeção oficiosa	726
14.10.4. O procedimento da inspeção judicial.....	727
14.10.4.1. O objeto da inspeção judicial	728
14.10.4.2. A inspeção de coisa.....	729
14.10.4.2.1. A inspeção de coisa como local	729
14.10.4.2.2. A inspeção de coisa como objeto.....	729
14.10.4.2.3. A inspeção de pessoa.....	729
14.10.4.2.3.1. A inspeção da parte	729
14.10.4.2.3.2. A inspeção de terceiro	730
14.10.5. A inspeção direta e indireta.....	730
14.10.6. A possibilidade de ser prova principal ou única para o fato controvertido	731
14.10.7. Local da inspeção judicial	731
14.10.8. A documentação constante nos autos da inspeção judicial: termo circunstanciado	731
14.10.9. As partes e sua influência na inspeção: durante a inspeção e posterior à inspeção	732
15 A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	735
15.1. Conceito	735
15.1.1. A audiência de instrução e julgamento e as demais audiências.....	736
15.1.2. A inserção equivocada dos dispositivos da audiência no CPC em momento anterior a fase probatória.....	736
15.1.3. A produção das provas e a necessidade (ou não) da audiência de instrução e julgamento	737
15.1.4. O juiz como condutor da audiência e o seu poder de polícia ...	738
15.2. O procedimento da audiência de instrução e julgamento	738
15.2.1. Designação	738
15.2.2. Local da audiência	739
15.2.3. Possibilidade de adiamento ou adiantamento.....	740
15.2.4. Pregão	740
15.2.4.1. A ausência das partes, dos advogados ou do membro do Ministério Público	741
15.2.5. Abertura da audiência e tentativa de conciliação	741
15.2.6. Das provas orais	742
15.2.6.1. Ordem de produção das provas orais	743

15.2.7. Encerramento da produção probatória e os desdobramentos processuais dentro da audiência de instrução e julgamento: razões finais pelas partes e a possibilidade de prolação de sentença.....	745
15.2.8. Registro da audiência, assinatura e a intimação de todos os participantes do processo.....	746
15.2.9. A possibilidade da sentença a ser prolatada sem resolução do mérito.....	747
15.2.10. A substituição das razões finais orais pela apresentação das razões finais escritas.....	748
15.2.11. A unicidade da audiência e a possibilidade de cisão.....	748
15.2.12. Conversão da audiência em diligência em casos excepcionais ...	749
15.3. A audiência e os negócios jurídico-processuais.....	749
16 TEORIA DA COGNIÇÃO JUDICIAL.....	751
16.1. A cognição dentro do processo	751
16.1.1. A cognição num aspecto geral	752
16.1.2. Conceito de cognição judicial	754
16.1.3. Espécies das cognições	759
16.1.3.1. Horizontal e vertical.....	760
16.1.4. A divisão da cognição em resolução de questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter tantum</i>	764
16.2. A tipologia das questões e a relação com a cognição judicial	767
16.2.1. Questões de fato e questões de direito.....	768
16.2.2. Questões prévias: preliminares e prejudiciais	774
16.2.3. Questões de mérito	777
16.2.4. Questão principal como o objeto final da cognição	780
17 A DECISÃO JUDICIAL	783
17.1. Pronunciamentos judiciais.....	783
17.1.1. Do pronunciamento judicial sem cunho decisório.....	784
17.1.2. Do pronunciamento judicial com cunho decisório.....	785
17.1.2.1. Os pronunciamentos judiciais em primeiro grau.....	786
17.1.2.1.1. Sentença	786
17.1.2.1.2. Decisão interlocutória.....	787
17.1.2.2. Os pronunciamentos judiciais em Tribunais	788
17.1.2.2.1. Decisão monocrática.....	789
17.1.2.2.2. Acórdão.....	790
17.1.2.2.3. As diferentes espécies de decisões	791

17.2. Elementos da sentença ou da decisão	793
17.2.1. Relatório	794
17.2.2. Fundamentação	795
17.2.2.1. A regra da motivação: base constitucional da motivação	796
17.2.2.2. As funções extraprocessual e endoprocessual da fundamentação	797
17.2.2.3. Os fundamentos da decisão	798
17.2.2.4. A relação com os pressupostos e requisitos processuais: a fundamentação da admissibilidade	799
17.2.2.5. A relação com a causa de pedir e o pedido: a fundamentação do mérito	800
17.2.2.5.1. A fundamentação sobre a cognição fática	800
17.2.2.5.2. A fundamentação sobre a cognição jurídica	802
17.2.2.5.3. A fundamentação e a ponderação quando houver colisão de normas	804
17.2.2.5.4. A regulação legal de exemplos de não-fundamentação pelo art. 489, § 1º do CPC	805
17.2.2.5.4.1. A não fundamentação da decisão que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida	806
17.2.2.5.4.2. A não fundamentação da decisão que empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso	808
17.2.2.5.4.3. A não fundamentação da decisão que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão	808
17.2.2.5.4.4. A não fundamentação da decisão que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador	810
17.2.2.5.4.5. A não fundamentação da decisão que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos	812

17.2.2.5.4.6.	A não fundamentação da decisão que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento	813
17.2.2.5.4.7.	O rol meramente exemplificativo e a possibilidade de outras	816
17.2.2.5.5.	A invalidação da sentença/decisão não fundamentada ou com fundamentação deficiente	817
17.2.3.	Dispositivo	818
17.3.	A construção de uma sentença: uma ordem cronológica de resolução de questões	820
17.3.1.	A decisão/sentença como resposta à jurisdição	821
17.3.2.	A norma oriunda da sentença para o caso em concreto e a norma abstrata	821
17.3.3.	A resposta à jurisdição meramente processual: a sentença sem resolução do mérito	823
17.3.3.1.	A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento de mérito em momento anterior à extinção	825
17.3.3.2.	A relação da sentença sem mérito com as alegações de preliminares de contestação e art. 337 do CPC: entre vícios dilatórios e vícios peremptórios	828
17.3.3.3.	As hipóteses de sentença sem resolução do mérito: art. 485 do CPC	830
17.3.3.3.1.	O indeferimento da petição inicial	831
17.3.3.3.2.	A ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo	832
17.3.3.3.3.	A falta de interesse e legitimidade parcial	834
17.3.3.3.4.	A perempção, a coisa julgada e litispendência	837
17.3.3.3.5.	O reconhecimento de convenção de arbitragem ou o reconhecimento pelo árbitro da sua competência	839
17.3.3.3.6.	Homologar a desistência da ação	842
17.3.3.3.7.	Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal	843
17.3.3.4.	As matérias cognoscíveis de ofício do art. 485 do CPC	843
17.3.3.5.	A retratabilidade em eventual apelação impugnativa de sentença sem mérito	845

17.3.3.6. A possibilidade de nova proposição da mesma ação julgada sem mérito: art. 486 do CPC.....	845
17.3.3.7. A situação processual bifurcada entre terminação e resolução: a prioridade ao mérito pelo art. 488 do CPC.....	849
17.3.4. A resposta à jurisdição substancial: a sentença com resolução do mérito.....	849
17.3.4.1. As diferentes visões de mérito.....	850
17.3.4.2. O conceito de mérito.....	856
17.3.4.3. A relação entre a sentença com resolução de mérito e a resposta ao pedido.....	858
17.3.4.4. O pedido como limitador da resolução do mérito.....	859
17.3.4.5. O princípio da adstrição, congruência ou correlação.	859
17.3.4.5.1. As espécies de congruência da sentença.....	860
17.3.4.5.1.1. A congruência externa: os limites impostos pelos arts. 141 e 492 do CPC.....	860
17.3.4.5.1.2. A divisão entre congruência externa objetiva e subjetiva.....	863
17.3.4.5.1.2.1. A congruência externa objetiva.....	863
17.3.4.5.1.2.1.1. As consequências da incongruência externa objetiva.....	863
17.3.4.5.1.2.1.1.1. A decisão <i>ultra petita</i>	864
17.3.4.5.1.2.1.1.2. A decisão <i>extra petita</i>	865
17.3.4.5.1.2.1.1.3. A decisão <i>citra petita</i>	866
17.3.4.5.1.2.2. A congruência externa subjetiva: a impossibilidade de alcançar terceiros.....	867
17.3.4.5.1.3. A congruência interna.....	869
17.3.4.5.1.3.1. A certeza da decisão.....	869
17.3.4.5.1.3.2. A determinação e a liquidez da sentença.....	871
17.3.4.5.1.3.3. A coerência da decisão.....	872
17.3.4.6. As outras resoluções de mérito: art. 487, II e III do CPC.....	873
17.3.4.7. A complexidade objetiva do processo e a complexidade objetiva da sentença.....	875
17.3.4.7.1. A teoria dos capítulos de sentença.....	877
17.3.4.7.2. A complexidade objetiva do processo: entre capítulo processual e capítulo de mérito.....	881
17.3.4.7.3. A decisão de admissibilidade e a decisão do mérito.....	882

17.3.4.7.4. A complexidade objetiva litigiosa do processo: a pluralidade de capítulos de mérito	884
17.3.4.7.5. A decisão sobre o pedido implícito e custo do processo	885
17.3.4.7.6. Autonomia e independência entre capítulos de sentença.....	886
17.3.4.7.7. A complexidade objetiva do processo e a possibilidade de decisão parcial.....	890
17.3.4.7.7.1. Resposta total ou parcial à jurisdição: sentença como decisão total e a existência de decisão parcial.....	891
17.4. Interpretação da decisão judicial.....	893
17.5. Outras classificações de sentenças ou decisões	894
17.5.1. A relação com o mérito: a sentença terminativa e a sentença definitiva.....	894
17.5.2. A relação com a cognição em profundidade: a decisão definitiva e a decisão provisória.....	896
17.6. O fato superveniente à postulação e seu impacto no processo e na decisão de mérito	898
17.7. Conteúdo e eficácia da sentença.....	901
17.7.1. Espécies de sentença quanto ao conteúdo	902
17.7.1.1. Sentença meramente declaratória.....	902
17.7.1.2. Sentença constitutiva.....	903
17.7.1.3. Sentença condenatória	904
17.7.1.4. A teoria ternária e a teoria quinária	905
17.7.2. Eficácias da sentença.....	907
17.7.2.1. Eficácia principal da sentença	907
17.7.2.2. Eficácia reflexa da sentença	908
17.7.2.3. Eficácia anexa da sentença.....	909
17.7.2.3.1. Eficácia probatória da sentença	910
17.7.2.3.2. Hipoteca judiciária	910
17.8. Os comandos dispositivos nas sentenças condenatórias em ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	912
17.8.1. A concessão da tutela específica ou determinação de providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente	913
17.8.1.1. A satisfação específica espontânea	915
17.8.1.2. A determinação na sentença de meios coercitivos e indutivos para o cumprimento da obrigação.....	916

17.8.1.3. A multa astreinte concedida no comando da sentença.....	916
17.8.1.4. O resultado equivalente nas obrigações de fazer ou não fazer	918
17.8.1.5. A liberdade do juízo em determinar as medidas e quais medidas na sentença procedente de obrigação de fazer e não fazer	919
17.8.1.6. A determinação de tempo específico para o cumprimento da tutela específica pelo réu vencido.....	919
17.8.1.7. A conversão da tutela específica em perdas e danos...	920
17.8.1.8. A indenização por perdas e danos sem prejuízo da multa astreinte.....	921
17.8.1.9. A tutela específica contra o ato ilícito	922
17.8.1.9.1. A tutela contra o dano e a tutela contra o ato ilícito: o olhar para o futuro	923
17.8.1.9.2. Os desdobramentos da tutela contra ato ilícito: obrigações positivas ou negativas.....	924
17.9. Publicação, retratação e integração da decisão	924
18 COISA JULGADA	929
18.1. O conceito de coisa julgada.....	929
18.1.1. A construção do conceito de coisa julgada: os três elementos identificadores	933
18.1.2. Pressupostos de formação da coisa julgada.....	934
18.1.3. A coisa julgada como indiscutibilidade e imutabilidade da decisão judicial	936
18.1.4. Os efeitos negativos e positivos da coisa julgada	937
18.1.5. Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i>	938
18.2. As espécies de coisa julgada.....	940
18.2.1. Coisa julgada formal.....	940
18.2.2. Coisa julgada material: a real <i>res judicata</i>	947
18.3. Os limites para a definição da coisa julgada e seus efeitos.....	948
18.3.1. Limites objetivos da coisa julgada.....	948
18.3.1.1. A regra da coisa julgada: o caput do art. 503 do CPC....	949
18.3.1.1.1. O termo “expressamente decidida”	949
18.3.1.1.2. Força de lei.....	950
18.3.1.1.3. A questão principal decidida	950
18.3.1.1.4. A decisão de mérito.....	952
18.3.1.1.4.1. A palavra mérito	952

18.3.1.1.4.2. Breve revisão do conceito de mérito	953
18.3.1.1.5. Os limites da regra da coisa julgada	955
18.3.1.2. O regramento especial da coisa julgada: a formação da coisa julgada prejudicial pelo art. 503, § 1º do CPC ...	955
18.3.1.2.1. Os requisitos para a formação da coisa julgada prejudicial	957
18.3.1.2.2. A desnecessidade de pedido de formação de coisa julgada prejudicial	961
18.3.1.2.3. A desnecessidade de declaração do juízo da resolução da questão prejudicial no dispositivo decisório	962
18.3.1.2.4. A possível declaração do juízo sobre a resolução da questão prejudicial no dispositivo decisório ...	963
18.3.1.2.5. A delimitação e alcance material da coisa julgada prejudicial realizada somente em ação posterior por um juízo posterior	966
18.3.1.2.6. A manutenção da possibilidade da ação declaratória incidental	968
18.3.1.3. A coisa julgada sobre parcela da jurisdição	968
18.3.1.3.1. A coisa julgada progressiva ou parcial	969
18.3.1.3.2. A coisa julgada da decisão parcial	973
18.3.2. Limites subjetivos da coisa julgada	974
18.3.2.1. A coisa julgada na obrigação solidária: art. 274 do Código Civil	977
18.3.3. Limites temporais	978
18.3.3.1. A ação de trato continuado	979
18.3.3.1.1. O posicionamento do STF quanto a existência de precedente vinculante	982
18.3.3.2. Os meios de controle da coisa julgada via outra ação prevista em lei: art. 505, II do CPC	983
18.3.3.2.1. A ação rescisória	985
18.3.3.2.1.1. A coisa julgada da decisão parcial e a ação rescisória	987
18.3.3.2.1.2. A coisa julgada parcial e progressiva e a ação rescisória	988
18.3.3.2.1.3. A ação rescisória e a coisa julgada meramente formal	990
18.3.3.2.2. <i>Querela nullitatis</i>	991

18.3.3.2.3. Impugnação ao cumprimento de sentença por falta de citação (arts. 525, § 1.º, I, 535, I, ambos do CPC) ou revisão de sentença inconstitucional (arts. 525, § 12, 535, § 5.º, ambos do CPC)	994
18.3.3.2.4. Impugnação com base na existência de erro material.....	998
18.4. A relação da coisa julgada com a preclusão	1000
18.4.1. A relação da preclusão com a coisa julgada.....	1000
18.4.2. A preclusão e as de questões decididas	1003
18.4.3. Eficácia preclusiva da coisa julgada	1005
18.5. A impossibilidade de coisa julgada	1008
18.5.1. A relação entre a remessa necessária e a impossibilidade de formação de coisa julgada da decisão contra a Fazenda Pública antes do duplo grau obrigatório	1011
19 TUTELA PROVISÓRIA.....	1013
19.1. Conceito e relação com a tutela definitiva	1013
19.1.1. A duração demorada do procedimento da tutela definitiva e a alteração do ônus do tempo no processo pela tutela provisória	1015
19.2. Os três grandes vértices da tutela provisória	1017
19.2.1. O primeiro vértice: a cognição sumária e o juízo de probabilidade.....	1017
19.2.1.1. O juízo de probabilidade e as consequências da cognição sumária: precariedade e inaptidão para formar coisa julgada	1019
19.2.1.1.1. Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo	1019
19.2.1.1.2. A inaptidão para a formação da coisa julgada.....	1020
19.2.2. O segundo vértice: as espécies de tutela provisória entre satisfativa/antecipada ou cautelar	1021
19.2.2.1. A tutela provisória satisfativa/antecipada.....	1021
19.2.2.1.1. Requisito específico da tutela antecipada: reversibilidade da tutela provisória satisfativa.....	1023
19.2.2.1.2. Efeitos antecipados da tutela definitiva: a tutela satisfativa	1026
19.2.2.2. A tutela provisória cautelar	1026
19.2.2.2.1. As características da tutela provisória cautelar.....	1027
19.2.2.2.1.1. Temporariedade	1027
19.2.2.2.1.2. Referibilidade	1029

19.2.2.2.1.3. Acessoriedade.....	1030
19.2.2.2.2. A inexistência de tutela definitiva cautelar: o esvaziamento da tutela provisória cautelar.....	1031
19.2.2.2.3. A ausência de coisa julgada cautelar	1032
19.2.2.2.4. O equívoco do termo provisório para a tutela cautelar	1034
19.2.2.3. A fungibilidade entre as tutelas de urgência: cautelar e antecipada	1036
19.2.3. O terceiro vértice: os fundamentos para a concessão entre urgência ou evidência.....	1038
19.2.3.1. A existência de probabilidade do direito em qualquer tutela provisória	1039
19.2.3.2. Urgência	1040
19.2.3.3. Evidência.....	1041
19.3. Os aspectos processuais da tutela provisória.....	1041
19.3.1. Legitimidade	1041
19.3.2. Competência para a tutela provisória.....	1042
19.3.3. O cabimento da tutela provisória e suas relações com os procedimentos	1043
19.3.4. O momento de requerimento da tutela provisória.....	1044
19.3.4.1. O requerimento incidental.....	1044
19.3.4.1.1. A tutela provisória requerida na petição inicial ...	1044
19.3.4.1.2. A tutela provisória requerida após a petição inicial	1045
19.3.4.2. O requerimento antecedente.....	1046
19.3.5. Momentos para a análise da tutela provisória e possível concessão	1047
19.3.6. Manifestação do requerido	1052
19.3.7. Decisão sobre a tutela provisória e sua fundamentação	1053
19.3.8. Recurso sobre a tutela provisória.....	1055
19.3.9. Responsabilidade civil da tutela provisória	1056
19.3.10. Forma de efetivação	1059
19.3.11. A proibição da concessão de tutela provisória de ofício.....	1060
19.3.12. Custas processuais e tutela provisória	1061
19.4. O regime da tutela provisória de urgência do art. 300 do CPC	1062
19.5. Os ritos específicos de tutela provisórias de urgência em caráter antecedente.....	1064
19.5.1. A tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente.....	1064

19.5.1.1. A petição pré-inicial e seus requisitos.....	1065
19.5.1.2. A postura do juízo perante o requerimento antecedente antecipado.....	1066
19.5.1.3. O desencadeamento lógico procedimental da tutela provisória antecipada antecedente concedida	1067
19.5.1.4. A estabilização da tutela provisória de urgência ante- cipada requerida em caráter antecedente	1069
19.5.1.4.1. Conceito de estabilização	1070
19.5.1.4.2. Requisitos para a estabilização.....	1074
19.5.1.4.3. Os níveis de estabilização de acordo com o tempo: entre provisória e definitiva.....	1075
19.5.1.4.3.1. A estabilização provisória: entre a extinção e os 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão.....	1076
19.5.1.4.3.1.1. A eficácia enquanto houver inércia das partes	1077
19.5.1.4.3.1.2. A possibilidade de reexame pelo juízo quando houver nova ação – art. 304, § 2º do CPC.....	1078
19.5.1.4.3.1.3. A impossibilidade de revisão em caráter liminar ou em tutela provisória na nova ação proposta pelo réu anterior	1079
19.5.1.4.3.1.4. O prazo de 2 (dois) anos e a provisorie- dade enquanto sua vigência.....	1080
19.5.1.4.3.2. A estabilização definitiva: após 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão estabilizada	1081
19.5.1.4.3.2.1. A estabilização definitiva e a possibili- dade de demandar sobre o mérito	1082
19.5.1.4.3.2.2. A impossibilidade de reversão da tutela estabilizada.....	1083
19.5.1.4.3.2.3. A não formação da coisa julgada mesmo após o lapso de dois anos da estabiliza- ção	1084
19.5.1.5. A existência de dois ritos diversos para o caráter antece- dente da tutela provisória de urgência antecipada: um rito com estabilização e um rito sem estabilização	1086
19.5.1.5.1. O problema dos prazos de extinção: aditamento do autor e agravo de instrumento do réu	1087
19.5.1.5.2. A tutela provisória de urgência antecipada ante- cedente com requerimento pela estabilização	1090

19.5.1.5.3. A antecipada antecedente requerida sem estabilização e somente antecipando a cognição definitiva	1093
19.5.1.6. A possibilidade da estabilização por tutela concedida em jurisdição recursal	1096
19.5.1.7. A possibilidade de realizar outros pedidos no aditamento da tutela antecipada antecedente	1097
19.5.1.8. A petição completa em um processo objetivamente complexo e o requerimento de estabilização de um dos pedidos	1098
19.5.2. A tutela provisória cautelar em caráter antecedente	1099
19.5.2.1. A petição pré-inicial da tutela antecedente cautelar ...	1100
19.5.2.2. A manifestação do juízo sobre a petição pré-inicial cautelar antecedente	1100
19.5.2.3. A citação, as possíveis manifestações do réu e o procedimento da cautelar em caráter antecedente	1103
19.5.2.4. O aditamento da petição pré-inicial e a completude da petição inicial	1105
19.5.2.5. O indeferimento da tutela provisória cautelar antecedente e o aditamento	1106
19.5.2.6. O deferimento da tutela provisória cautelar antecedente e o aditamento	1107
19.5.2.7. O aditamento – em ambas as possibilidades – e a adaptabilidade com o procedimento comum	1108
19.5.3. A fungibilidade entre os ritos antecedentes cautelar e antecipado	1111
19.5.4. A cumulação de tutelas provisórias diversas em ritos antecedentes: um procedimento antecedente híbrido entre cautelar e antecipado	1112
19.6. O regime da tutela provisória de evidência	1116
19.6.1. As hipóteses de tutela de evidência do art. 311 do CPC	1120
19.6.1.1. O abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório	1120
19.6.1.2. A utilização de precedentes judiciais vinculantes	1122
19.6.1.3. O pedido reipersecutório em contrato de depósito	1125
19.6.1.4. A instrução da petição inicial com documentos sobre os fatos constitutivos do direito do autor e a não impugnação do réu	1127
19.6.2. Momento do requerimento: entre hipóteses liminares e não liminares	1129
19.6.3. A análise do juízo sobre a tutela provisória de evidência	1130

19.6.4. Tutela da evidência cautelar?	1131
19.7. A tutela provisória antecipada contra ato ilícito: um fundamento da tutela provisória de urgência.....	1132
19.7.1. A tutela específica contra o ato ilícito.....	1133
19.7.1.1. A tutela contra o dano e a tutela contra o ato ilícito: o olhar para o futuro.....	1134
19.7.2. A tutela provisória contra o ato ilícito: a visão de urgência existente.....	1135
19.7.2.1. Tutela provisória antecipada contra o ato ilícito e suas espécies.....	1136
19.7.2.2. O igual diálogo com a precariedade da tutela provisória contra o ato ilícito.....	1137
19.7.2.3. A irreversibilidade da tutela provisória antecipada contra o ato ilícito.....	1138
19.7.2.4. Os desdobramentos da tutela provisória contra ato ilícito: obrigações positivas ou negativas.....	1138
19.8. A tutela provisória contra a Fazenda Pública	1140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	1145